

ENTREVISTA

A VOZ DA DIVERSIDADE

Entrevista com a Dra. Maria Berenice Dias

Por Lina Wainberg

A Dra. Maria Berenice Dias é Desembargadora aposentada do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul que, atualmente, milita na advocacia com especialização em causas relacionadas com o Direito de Família e Direito de Sucessões. A sua especialização é no julgamento de ações que envolvem o Direito de Família e Sucessões. Foi fundadora e é vice-presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), entidade que veio a transformar o entendimento tradicional de o que é uma família, levando-se em conta os laços afetivos das relações familiares. É presidenta da Comissão Especial da Diversidade Sexual do Conselho Federal da OAB. Foi a embaixatriz do Brasil na I Conferência Internacional dos Direitos Humanos LGBT do I World Outgames, que realizou-se em Montreal, Canadá. Cunhou a palavra homoafetividade, para retirar o estigma sexual que envolviam as relações de pessoas do mesmo sexo, fazendo-se reconhecer este novo modelo de família. Palavra que inclusive já está nos recentes dicionários brasileiros. É reconhecida internacionalmente como jurista renomada e por suas posturas progressistas em relação aos direitos da mulher na sociedade e demais minorias. Fundou o *JusMulher*, o *Jornal Mulher*, o Disque Violência, entre outros projetos mais que vieram a marcar e continuam a influenciar profundamente a sociedade brasileira moderna. É autora do livro *Homoafetividade: o que diz a Justiça*. Recebeu o título de embaixatriz oficial brasileira no OutGames de 2006.

Lina: *Qual foi a sua motivação em desenvolver a luta no judiciário pelos direitos homoafetivos dentre outros temas do judiciário?*

Maria Berenice: É que fui vítima de muita discriminação para entrar no poder judiciário. Eu fui primeira mulher a ingressar na magistratura do Rio Grande do Sul e sofri muito preconceito. Então acabei dirigindo toda a minha atividade profissional de uma forma de tentar acabar com o preconceito. Em função disso eu entrei no movimento de mulheres, me tornei um feminista ativista. Então resolvi me dedicar ao direito de família, que é onde a mulher sempre sofreu maior discriminação. Porque eu vi que a discriminação não era só para o ingresso das mulheres na magistratura, havia discriminação nas decisões da justiça, discriminação na legislação. Foi isso que me motivou a me voltar para esse ramo do Direito. Ao trabalhar com isso eu me dei conta que tinha um segmento de famílias que estava fora do direito de família, absolutamente excluídas e inviabilizadas. Ou seja, sofrendo o mesmo tipo de preconceito que eu havia sofrido. Então, dentre todas as causas que acabei abraçando, essa foi a que teve maior repercussão, porque é um tema que ninguém gosta de abordar, tem medo de abordar e de serem estigmatizado. **Eu abracei a causa do respeito à diferença.**

Lina: *De que forma o judiciário dita a ética brasileira? Ela representa a voz do povo? O que deve predominar? Deve vir de cima para baixo ou de baixo para cima?*

Maria Berenice: Eu não acho que o judiciário tenha um compromisso ou a responsabilidade com a ética brasileira, ou a ética do povo. **Acho que o compromisso do judiciário é com a ética da justiça.** Que busque encontrar cada vez mais decisões cujo resultado decidido atente aos princípios éticos. Nem sempre isso existiu. Então está havendo todo um protagonismo do poder judiciário, que às vezes se descola do que está na lei, para conseguir chegar à justiça do caso concreto. Essa é a maior preocupação atual do judiciário.

Lina: *Mas indiretamente influenciando na ética do povo...*

Maria Berenice: Sim... Acaba ditando normas de comportamento, mais atentas à questão da justiça. De encontrar um resultado justo. Nem sempre essa foi a preocupação do judiciário. A justiça sempre foi la bouche de la loi, ou seja, o juiz aplicava a lei. Não, atualmente o juiz está mais atento a fazer justiça do que a ser um mero aplicado da lei.

Lina: *Hoje encontramos novos padrões na formação de família, como a multiparentalidade – existem projetos para que as pessoas possam lidar, se adaptar e desenvolver dinâmicas saudáveis dentro dessa pluralidade?*

Maria Berenice: Houve todo um novo florescer do novo conceito de família. Isso foi fruto do trabalho do IBDFAM, Instituto Brasileiro do Direito de Família, do qual eu fui uma das fundadoras. O **conceito de família se desatrelou do conceito do casamento**, que sempre foi muito ligado. Tanto que sempre, no direito de família, só havia uma família, a família resultante do casamento. Sendo excluídas de qualquer consideração, de qualquer direito, as famílias fora do casamento. Essa foi uma das minhas primeiras lutas. Trazer essas famílias, formadas fora da ideia de casamento, para dentro do conceito de família, também sendo como uma família. Se procurou e acabou se identificando um elemento identificador da família que não era mais o casamento. Os elementos, casamento, procriação e sexo se desatrelaram do conceito de família. Se existe sexo sem casamento, existem filhos sem casamento. Identificou-se que o que faz uma família é o vínculo de afetividade e comprometimento. Por mais piegas que possa parecer, acho que a frase de Saint-Exupéry é a norma básica do direito de família: **a responsabilidade decorrente do afeto, para as pessoas a quem a gente cativa**. Então houve uma mudança de conceito. **A família é onde existe uma relação de afeto**. E essas relações de afetos podem se multiplicar. Elas não ficam dentro desse fechamento binário, homem-mulher. Então começou a se admitir a socioafetividade. O afeto entrou e isso acabou, permitiu que o conceito de família se pluralizasse, se tornou o direito das famílias. Um conceito aberto, que não tem respaldo legal está recebendo cada vez mais reconhecimento no âmbito do poder judiciário. Mas para esses direitos ficarem consolidados, quer das famílias multiparentais ou homoafetivas, o indispensável é termos uma legislação. Precisamos de uma lei que garanta o reconhecimento dessas espécies de famílias. Existem dois projetos, o Estatuto do Direito das Famílias, do IBDFAM, e o Estatuto da Diversidade Sexual, encaminhado pela Ordem dos Advogados. Como tem esses conceitos mais abertos, acabam sendo alvo do rechaço do nosso legislador cada vez mais conservador. Temos uma barreira, no âmbito judiciário, cada vez mais intransponível, pelo avanço desta bancada

evangélica, mais conservadora, que não para de crescer. Precisamos de uma lei. . Agora a ideia é que essas leis sejam apresentadas através da iniciativa popular. As pessoas às vezes não sabem que têm esses direitos. As famílias só passava a ser reconhecidas, com o recurso do judiciário, não pela lei. Aquelas pessoas que não têm acesso à defensoria para saber se têm algum tipo de direito, acabam sempre muito marginalizadas. E apenas quando alguém vem a falecer, por exemplo, que irão atrás de algum direito. Assim, verificam que há medidas que poderiam ter sido feitas e não foram, evitando a retirada dos direitos das pessoas.

Lina: *Acredito que essa possibilidade ampliada de configurações também gera uma perda de padrões, e a perda de padrões emocionalmente pode gerar um certo vazio, uma certa angústia. Os projetos têm contemplado isso?*

Maria Berenice: Assim, **as pessoas têm uma enorme dificuldade de conviver com a diferença**. Se tiver alguma coisa que foge daquele modelo convencional, as pessoas se assustam. É o medo do desconhecido que as pessoas têm. Não estamos tendo mecanismos e ferramentas sociais que levem para essa mudança comportamental. É importante. E dentro desse conceito de família plural, nós temos que também reconhecer a possibilidade das famílias simultâneas. Reconhecer que há uma resistência enorme com relação a isso. reconhecer que é uma realidade que existe, uma realidade masculina. A realidade de muitos os homens que têm mais de uma família.

Lina: *Que não é novo...*

Maria Berenice: Que sempre existiu. É esta mudança de paradigma que está sendo feita pela justiça. A sociedade, enfim, o Estado não aceita e mostra isso alijando, machucando, excluindo, não vendo, não reconhecendo direito nenhum. Só que isto gera injustiças enormes. A negação desses indivíduos sempre foi velada através das crenças: - **Te condeno a não existir**, tu não existe; - Tu é segunda família, tu não existe; -Tu é família do mesmo sexo, tu não existe, - Tu é filho fora do casamento, é um filho que não existia. Era rotulado de filho ilegítimo, espúrio, um monte de adjetivos. Esse um filho que não fez nada, acabava marginalizado, sem direito a nome, sem direito a alimento e etc. A

forma punitiva da exclusão. Essa é a mudança que precisa, que deve ser feita no panorama social como um todo. Com isso, caem muitos desses paradigmas que ainda se impõem. O tema aborto, que é alijado, o tema da adoção, que é terrível. A forma como são tratadas as mulheres que querem entregar os filhos para adoção (que não se chama abandono, como todo mundo chama). Assim, ainda há muitas coisas que devem ser mudadas à medida em que se conseguem avançar a conscientização das pessoas dessas mudanças sociais que estão acontecendo.

Lina: *Isso vem ao encontro com a próxima pergunta. Após as conquistas do direito a união estável e casamento homoafetivos, adoção por casais homossexuais, famílias multiparentais, conquista da mudança de nome e sexo para transexuais no registro civil, quais são os novos projetos e ações em relação às sexualidades?*

Maria Berenice: Agora o meu projeto não é tanto ligado à sexualidade, mas ligado ainda a um tema de família, que é a questão da adoção no Brasil. Essa é a minha bandeira atual. Acho que o Brasil comete um crime contra a humanidade, quase, ao menos quanto aos brasileiros. De maneira desatenta, irresponsável e descuidada, permite que crianças fiquem depositadas anos em abrigos sem dar qualquer tipo de agilidade para que isso não aconteça. O Estado não está atentando que devemos entregar essas crianças para as pessoas que querem adotar. Minha luta é tentar mudar esse panorama, conscientizar a sociedade, o judiciário, enfim, o próprio Estado de que essa mudança é indispensável. As crianças estão literalmente sendo depositadas, mal cuidadas. São vítimas de abuso físico e sexual dentro dos próprios abrigos. Entram bebês e saem com 18 anos e são despejadas por aí.

Lina: *Em relação à sexualidade há alguma coisa por vir?*

Maria Berenice: O foco maior é a questão dos **intersexuais**, que é um segmento que existe com um número bem significativo. São mais invisibilizados ainda, mais excluídos. São os que sofrem de uma maneira mais perversa porque são submetidos a uma série de cirurgias quando nascem. **Escolhem por eles uma identidade de gênero** que nem sempre é a identidade sexual que corresponde à sua identidade de gênero. Há um índice muito grande de suicídio

e uma dificuldade do movimento LGBT de envolver esse segmento, e esse segmento se aproximar. Não tem visto a porta aberta. É quase um círculo vicioso, porque o movimento não quer a inserção dos intersexuais porque os intersexuais não os procuram. Se não abrirmos a porta, eles não vão vir. No mundo inteiro há essa inserção dos intersexuais, na própria sigla LGBTI, que é como eu uso atualmente. Estou tentando trazer esse segmento para dar visibilidade e garantir o direito de **não serem submetidos às cirurgias ao nascer**, a não ser que corram algum tipo de risco de vida. E o importante é que eu estou conseguindo avançar junto ao meio médico nesse sentido de reduzir, de não fazerem a intervenção. Estou buscando todo o envolvimento de comunicação no meio médico. Eles tinham a ideia de que estariam “curando” essas crianças. Mas é aquele enquadrar dentro do azul ou rosa, menino ou menina. Acho que isso não precisa ser feito. Tem alguns países, dois ou três no mundo, que já admitem um sexo indefinido. Porque as crianças, antes de terem um rosto, elas têm um sexo. É a primeira coisa que se descobre, e a partir dali ele é rotulado, tem um nome... É uma carga muito pesada.

Lina: *É que a criação dessas crianças também é nova. Como os pais vão criar um indivíduo indefinido? Isso é uma novidade também.*

Maria Berenice: Sim. Acho que esse é um novo passo, quando as coisas estiverem mais evoluídas, porque agora existe uma **sexualidade mais fluida**. Ainda não chegamos lá. Que registrem com o nome que eles desejavam que o filho tivesse, não sei..., mas ao menos que não façam intervenções irreversíveis. Depois quando [a criança] tiver 10, 12, 15 anos, se definir. O problema todo é que a cirurgia mais fácil é para identificar como do sexo feminino. Há quase uma feminização dos intersexuais. Acho isso muito severo.

Lina: *Posturas conservadoras de membros de bancadas radicais do Congresso Nacional, ou seja, de senadores e de deputados federais, impedem avanços na legislação brasileira, retardam a implantação, em nosso País, das conquistas mundialmente já concebidas nos âmbitos afetivo e sexual? O Poder Judiciário tem suprido as lacunas e omissões do legislador ao ditar jurisprudência com força de lei?*

Maria Berenice: Esse foi o grande avanço

no âmbito do poder judiciário, ou seja, diante desta até hoje omissão do poder legislativo, **o judiciário supriu. Só que o suprir leva tempo**, até se construir esta jurisprudência. Para se ter acesso ao casamento levou mais de 15 anos. Até um tempo curto para uma mudança tão significativa. Mas também esbarra em magistrados conservadores. Tive que procurar todas as decisões que apareciam no Brasil, disponibilizar em site, para encorajar alguns indecisos. Mas se avança muito devagar e muito aos pouquinhos. **Os homossexuais têm acesso ao casamento, mas os filhos deles ainda não têm acesso ao registro na hora que nascem.** Esse é um avanço que ainda tem que acontecer. Ainda precisam entrar com uma ação da justiça, mas pode levar dois anos. O pai ou mãe não têm direito à licença maternidade. Não têm direito ao plano de previdência desse outro pai ou outra mãe, não podem viajar com o filho. É uma série de complicações. Isso não está avançando? Não... quando pede a justiça dá. Mas tem que entrar com ação. O casamento não, já teve uma resolução do CNJ, enfim. Mas isso do registro estamos tentando...mas vai muito devagar. E por que isso não chega? Porque legislador é conservador, homofóbico, enfim não avança, não legisla. Devido à isso, o judiciário tem avançado. Mas agora está havendo uma reação do poder legislativo. De uma maneira muito severa, muito organizada, muito articulada. Eles têm dinheiro, tem legiões, exército de fiéis que obedecem pelo medo, pela lavagem cerebral que eles fazem. Então fazem tudo que os pastores mandam, vão nos conselhos tutelares e só votam em quem eles mandam. Então os conselhos tutelares do Brasil estão dominados pelas igrejas. O que eles estão fazendo? Estão fazendo projetos para retirar os direitos que já estão garantidos. Esse projeto do estatuto de família é um horror. Uma família é formada por um homem e mulher. Determina a criação de conselhos de família. Que qualquer coisa que a família queira obter tem que ser através do conselho. A pessoa tem que ser cadastrada no conselho. Não tem acesso ao SUS a não ser que o conselheiro autorize. Esse é o regime que ao menos eu conheci em Cuba. Ninguém consegue nada, não se pode ir numa repartição, deve buscar o responsável pelo seu quarteirão. Há um controle através desses conselheiros. Nitidamente é uma forma de controle muito severa. E esses conselhos são eleitos. Estão tentando colocar esse sistema que existe nos conselhos tutelares... que quem bolou já se ar-

rependeu. Mais de uma pessoa já me disse "não deveria ter feito sob eleição", vai ficar sob o controle da comunidade. Estão tentando implantar porque, para eles, é um sistema de sucesso. Tem projeto de lei para anular os casamentos que já foram feitos. E talvez o mais perverso, existem avanços que a justiça não consegue atingir. Por exemplo, a justiça não consegue criminalizar a homofobia, os atos de ódio, porque não tem lei. Isso o judiciário não pode criar e o legislador se omite. Sendo que a cada 28 horas, um homossexual é morto no Brasil.

Lina: *A mudança na Justiça já é um grande passo para a mudança social. O que deve ser feito a partir daí a fim de promover a conscientização da sociedade a respeito dos direitos sexuais e afetivos na diversidade? De que forma podemos desenvolver mudanças em uma sociedade conservadora a respeito dos direitos sexuais e afetivos na diversidade sexual?*

Maria Berenice: A forma que enquanto presidente da comissão nacional da diversidade sexual da OAB, onde criei um número importante de aproximadamente 300 comissões nos estados e municípios, que encontrei foi elaborar o projeto do Estatuto da Diversidade Sexual e angariar as assinaturas para apresentar por iniciativa popular. Para isso precisamos de 1% do eleitorado, isso significa de um milhão e meio de assinaturas. Essa barreira numérica já é imposta para que quase não se consiga superar. E o que mais me surpreendeu, pois este seria o caminho, foi que eu achei que as pessoas se comprometeriam mais, se sensibilizariam mais com a dor do outro. Não se sensibilizam. Se posicionam que esse tema que não lhe diz respeito. Estamos tendo uma enorme dificuldade de colher assinaturas. Eu achei que em um ano chegaríamos lá. Esse 'sofrer a dor dos outros' as pessoas não têm. Falta muito esse sentido de solidariedade, cidadania, de consciência social. Isso de fato as pessoas não têm. Elas são indiferentes, mas uma indiferença pesada. Eu não vou participar disso. Estamos a quase 3 anos e só conseguimos 70 mil assinaturas. E olha que batalhamos Brasil afora. Muito difícil.

Lina: *Como percebe esse movimento de retrocesso, a partir de práticas curativas chamadas de reversão ou conversão na Psicologia, mesmo tendo sido a homossexualidade retirada da lista da Classificação Internacional das Doenças em 17 de maio de 1990?*

Maria Berenice: Confesso que tenho medo desse movimento. Acho assustador. Acho que as pessoas não se dão conta de como isso é forte e como isso tem evoluído. Acho que estamos vivendo quase uma nova idade média. Vai acabar se instalando quase um Estado Islâmico. Acho que daqui a duas ou três gerações as mulheres no Brasil vão andar de burca. As pessoas não se dão conta disso. **É assustador.**

Lina: *Uma vez que se trata de direitos universais, o que tem sido feito para garantir os direitos sexuais e afetivos, não se tratando de uma barganha política ou reivindicação de um grupo minoritário?*

Maria Berenice: Não. **O que se procura é se universalizar esta discussão.** Às vezes é onde mais se avança. Há ainda uma não participação muito efetiva do Brasil nesses movimentos, que mundo afora são muito fortes. Temos exemplos muito emblemáticos, nesse mundo mais civilizado, o tal de primeiro mundo, onde há uma assertiva social e política muito significativa. O que eu tenho procurado é tanto inserir o Brasil nesses movimentos internacionais quanto trazer um pouco dessa discussão de âmbito internacional para dentro o Brasil. Trazer o exemplo de como as coisas acontecem lá, como eu acho que deveriam acontecer aqui. Porque, de fato, é algo universal e precisariam ser tratados dessa maneira. Mas se não fosse o judiciário, o Brasil seria um dos países mais atrasados do mundo. Só não está atrás dos países que criminalizam a homossexualidade. Tem 28 países onde a condenação é crime de morte e existem 78 onde é crime. Fora esses, o Brasil está ali. Não tem legislação. Viveríamos num limbo e, via de consequência, numa exclusão de direitos. Não haveria nenhum direito se não fosse o poder judiciário.

Lina: *Observamos um crescente ativismo, principalmente virtual, como frente de alguns movimentos contra e a favor dos modelos de famílias, identidade, orientação entre outros. Esse ativismo por vezes está vinculado a uma luta de grupo e/ou voluntários espontâneos em um posicionamento individual de pessoas. Por um lado tem-se criado um debate, por outro tem sido fonte de certa intolerância. O que tu considera a respeito disso?*

Maria Berenice: Acho que os meios sociais é uma ferramenta muito significativa, muito positiva, pois se permite que circule o tema

sem as pessoas precisarem mostrar a cara, pois ainda há alguma resistência. Através desses instrumentos virtuais, acho que as coisas se organizam um pouco mais. Tem permitido uma manifestação de tanto de rejeição quanto de apoio ao segmento homofóbico. Os dois segmentos usam as mesmas ferramentas, só que há uma tendência, que acho bem importante, de manifestação de rejeição a esse segmento conservador. Vejo muito mais nas redes sociais do que na sociedade. A sociedade é um pouco amorfa. Existe uma outra ferramenta, que se tornaram meio cúmplices desses movimentos, que são os **meios de comunicação.** A motivação não interessa muito, né, se é para ter mais audiência nas novelas, se é para as pessoas lerem mais jornais. **Mas está havendo uma abertura** nesse sentido. Não passa uma semana sem que haja alguma divulgação de alguma notícia. Sob um lado positivo, de conquista, dos avanços, há um debate... Também a respeito do enfrentamento desse tema, antes ele era tratado de uma maneira muito ridicularizada, satirizada. Isso mudou. Sé é para ter mais audiência, não importa. É um avanço.

Lina: *Como comprar essa luta sem agredir os conservadores?*

Maria Berenice: Não que eu seja a favor, mas eu enxergo a razão deles. É um horror a discriminação de que eles são vítimas. Eu acho que tem que agredir. Adianta movimentos sociais sem alguma manifestação maior? No silêncio... não vai. Se não tem alguma coisa a mais não tem visibilidade. Eu acho os homossexuais são até muito pacíficos. Eu, porque que convivo muito no meio, já fui alvo de inúmeras manifestações estando junto com eles, de nem haver táxi para pegar. O pouco tempo que fico junto deles, eu já fico numa revolta total. Não pode ficar num restaurante sentando, sem ninguém se beijando. É quase instintivo. É muito dolorido. Até porque sempre foram muito invisibilizados. Essa voz que judiciário lhes deu é algo positivo porque nunca tiveram voz. Eu procurei muito ser a voz, no primeiro momento. Fiz uso da posição que

eu tinha, um a voz de uma magistrada. Para eles sempre teve significado eu ser heterossexual. Eu não sei por que sempre me rotulam de heterossexual. Mas é uma voz mais respeitada, ainda é.

Lina: *Assim como ser homem era uma posição mais respeitada, hoje ser heterossexual é mais respeitado. Tu saí de uma posição de quem não tem voz para ser quem tem voz. Foi uma caminhada interessante, a tua.*

Maria Berenice: Ninguém quer abraçar esta causa. No fundo, é o preconceito da pessoa. Se eu saio a favor da causa dos cadeirantes e tu caminhas, tu és uma pessoa fantástica. Se tu saí a favor da causa dos negros ou do índio e tu não és nenhum deles, tu também és uma pessoa legal. Já se a favor da causa dos homossexuais acabava sendo rotulado de homossexual, o que a pessoa não quer. O fato de eu não querer que ser identificada como homossexual, faz com que não se manifeste. No fundo a pessoa se sente ofendida ao ser identificada como homossexual. Isso significa que no fundo acredita que ser homossexual não é legal. No fundo é um preconceito que a pessoa tem.

Lina: *Um dos principais fatores para o preconceito é a falta de conhecimento e convívio. Se as pessoas convivessem com casais homoafetivos e vissem que o que predomina é o afeto, é o respeito, talvez isso ajudaria as pessoas a terem menos preconceito. Mas isso é difícil de para enfrentar.*

Maria Berenice: Se tu convive com homossexual, necessariamente vão achar que tu és homossexual ou que vai virar. Parece que homossexualidade é uma coisa contagiosa. Ninguém acha que um gay, por conviver com hetero, vá virar hetero. Parece uma coisa pegajosa, não posso chegar perto, não posso ter amigo, não posso conviver, não posso abraçar.

Lina: *Os meios de comunicação estão trazendo reality shows que mostram duas mulheres que fizeram inseminação e mostram a normalidade do convívio familiar.*

Maria Berenice: Esta possibilidade de os homossexuais terem filhos foi um passo muito importante. Parece que naturalizou, enquanto família. Foi pela adoção e o uso dos métodos de reprodução assistida, que estão disponíveis por resolução pelo Conselho Federal de Medicina. Pode usar mas não podem registrar o filho.

Lina: *Isso vai ser conquistado? Não está se encaminhando para isso? Já não tem jurisprudência suficiente para isso?*

Maria Berenice: Olha, a gente até tenta, pede, oficia no CNJ, baixa uma resolução nesse sentido. Às vezes consegue estado por estado. Aprovamos um enunciado nesse sentido. É muito difícil. Cada avanço é muito dolorido. A questão da doação de sangue, por exemplo. Eu já tentei compreender várias vezes. Esbarra num argumento, no meu entender, imbecil. Diz eles que avançaram. Antes diziam "os homossexuais não podem doar", agora é "homens que fazem sexo com homens". Eu pergunto, "mas por quê? Por que motivo?" Dizem que não é a homossexualidade, é a possibilidade de transmitir o vírus do HIV por relação sexual sexo anal. Então vocês não têm que perguntar se a pessoa faz sexo com homens, mas se a pessoa faz sexo anal, para mulher também. Mas como vamos perguntar isso para uma senhora? Então vocês submetem os homossexuais a isso para não perguntar para as pessoas? Coloca lá no formulário. O fato de um homem gostar de uma relação sexual anal, não significa que tem desejo sexual por homens. Ele tem uma zona erógena tal qual a mulher tem na zona anal. E isso é científico.

Lina: *Bom queria te agradecer em nome da SBRASH.*

Maria Berenice: Se possível gostaria divulgar www.estatutodiversidadese sexual.com.br para auxiliar na iniciativa popular.

Lina Wainberg
Psicóloga, especialista em terapia de casal e de família, mestre em Sexologia e doutora em Psicologia, Associada da SBRASH.